

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.960 - SP (2019/0118092-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : PATRICIA COSTA SANTOS
ADVOGADOS : FÁBIO SUGUIMOTO - SP190204
MARCELO FERREIRA DE PAULO - SP250483
AGRAVADO : SERRANA SECURITIZADORA S.A
ADVOGADO : ALAN RODRIGO MENDES CABRINI - SP240754

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PATRICIA COSTA SANTOS CHRISTOFOLETTI contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 235):

Embargos à execução Contrato de fomento mercantil Aditamentos - Assinatura de duas testemunhas - Título executivo extrajudicial - Art. 784, 111, do CPC.

O contrato de fomento mercantil, assinado pelas partes e por duas testemunhas, consubstancia-se em título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, III, do CPC, restando irrelevante que os seus aditamentos, pelos quais os títulos eram cedidos à faturizadora, bem como, valores eram antecipados à faturizada, não contenha a assinatura de duas testemunhas, eis que a embargante, subscritora de tais aditivos, não alegou a ocorrência o de vício formal, tampouco se insurgiu especificamente quanto ao débito.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 310-315).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 244-272), a parte recorrente sustentou violação aos seguintes dispositivos:

a) arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, defendendo que a Corte de origem não sanou omissões supostamente perpetradas pelo acórdão embargado, mesmo diante da oposição dos embargos declaratórios, o que teria configurado negativa de prestação jurisdicional;

b) arts. 784, II e 803 do Código de Processo Civil de 2015, alegando que os aditivos contratuais não foram assinados eletronicamente, de modo que o título executivo que embasa a presente execução é nulo por ser desprovido de liquidez.

Sem contrarrazões.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Inicialmente, a apontada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca da ausência de nulidades na presente execução, porém em sentido contrário ao pretendido pela parte recorrente. Assim constou do acórdão (fls. 239, e-STJ):

A ausência de assinatura de duas testemunhas nos aditivos contratuais pelos quais a devedora recebeu a antecipação de valores, também representa excesso de formalismo, eis que tais instrumentos foram assinados pela embargante, restando incontroversos, assim como, os respectivos comprovantes de transferências de valores em favor da sociedade faturizada.

Em suma, restando demonstrando que a credora comprovou o integral cumprimento de sua prestação, nos termos do contrato, efetuando pagamento dos títulos cedidos, bem como, antecipando valores, sem que a devedora cumprisse sua obrigação, não recomprando os títulos emitidos sem lastro, nem realizando a cessão de novas cambiais, em razão de pagamentos o adiantados, a rejeição dos embargos é medida imperiosa, devendo prosseguir a execução.

Assim, tendo o *decisum* embargado decidido de modo claro e fundamentado, apenas contrário a interesse da parte, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DO AGRAVANTE.

(...)

2. Não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a adoção de posicionamento contrário ao interesse da parte, nem está o magistrado obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos.

(...)

(AgInt no REsp 1588575/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE ALUGUÉIS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CONEXÃO. RESCISÃO DE CONTRATO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não há ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, quando o Tribunal de origem se manifesta, de modo suficiente, sobre todas as questões levadas a julgamento, não sendo possível atribuir

o vício de omissão ao acórdão somente porque decidira em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Precedentes.

(...)

(AgInt no AREsp 1028902/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 25/05/2017)

2. No que diz respeito à alegada ofensa aos arts. 784 e 803 do CPC/15, a parte sustenta a ausência de liquidez no título executivo. Aduz, ainda, que os aditivos foram firmados sem a assinatura das testemunhas e do devedor solidário.

Acerca do tema, a Corte se posicionou da seguinte forma (e-STJ, fls. 238-240):

A execução está consubstanciada no contrato de fomento mercantil de fls. 93/96, que se encontra assinado pelas partes contratantes (faturizada e faturizadora), bem como, pela devedora solidária, ora embargante, e por duas testemunhas, restando evidente tratar-se de título executivo, nos termos do art. 784, III, que dispõe:

(...)

As partes estipularam na cláusula 02, que:

"Por meio do presente Contrato, a Cedente compromete-se a ceder e transferir a Cessionária, enquanto vigente e nos limites deste Contrato, o todos os títulos de seu interesse, incluindo seus acessórios, bem como todos os instrumentos que os representam, inclusive cópia das notas fiscais de venda de mercadoria e/ou prestação dos serviços originários dos créditos e os respectivos o comprovantes da entrega da mercadoria ou prestação de serviços, assim como o os eventuais anexos e garantias constituídas, subrogando todos os seus direitos, inalterados, a cessionária, esta por sua vez facultada por optar em adquirir os que venham a interessar."(cf. fls. 93).

Os aditivos contratuais 14.268 e 19.349 demonstram a cessão de diversas duplicatas em favor da faturizadora, nos respectivos valores de R\$ 88.507,11 e R\$ 20.498,25 (cf. fls. 48/51).

Insta consignar que tais aditivos restaram incontroversos e estão assinados eletronicamente pela embargante, como representante da sociedade faturizada.

Nesse contexto, a exigência de assinatura de duas testemunhas também nos aditivos contratuais representa excesso de formalismo, notadamente quando a devedora não alegou a ocorrência de vício formal, tampouco impugnou especificamente o débito.

A credora demonstrou que do total de títulos cedidos, 04 foram emitidos sem lastro comercial, seja pela ausência de contratação, ou pela restituição das mercadorias vendidas, como comprovam as mensagens eletrônicas enviadas entre esta e os sacados (cf. fls. 52/60).

A devedora não impugnou as duplicatas consideradas sem lastro, não apresentando qualquer elemento probatório a fim de demonstrar sua higidez.

Restou incontroversa a cessão das cambiais à credora, representando excesso de formalismo a apresentação dos títulos (ao que tudo indica, emitidos eletronicamente) na ação de execução.

Insta consignar que a embargante assumiu a obrigação de responder perante a embargada, não só pelo risco da existência dos créditos, como pela inadimplência dos devedores -cedidos, como se depreende pelo contrato (cf. fls. 93/96). O contrato de factoring é atípico, caracterizando-se

predominantemente pela cessão de crédito. Segundo o art. 295 do Código Civil, na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao o cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu. Tratando-se, pois, de inexistência do crédito, a responsabilidade do cedente perante o cessionário decorre da lei.

(...)

A ausência de assinatura de duas testemunhas nos aditivos contratuais pelos quais a devedora recebeu a antecipação de valores, também representa excesso de formalismo, eis que tais instrumentos foram assinados pela embargante, restando incontroversos, assim como, os respectivos comprovantes de transferências de valores em favor da sociedade faturizada.

Em suma, restando demonstrando que a credora comprovou o integral cumprimento de sua prestação, nos termos do contrato, efetuando pagamento dos títulos cedidos, bem como, antecipando valores, sem que a devedora cumprisse sua obrigação, não recomprando os títulos emitidos sem lastro, nem realizando a cessão de novas cambiais, em razão de pagamentos o adiantados, a rejeição dos embargos é medida imperiosa, devendo prosseguir a execução.

Nesse contexto, reformar o entendimento do Tribunal estadual acerca da presença dos requisitos necessários ao prosseguimento da execução (certeza, liquidez e exigibilidade) demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas e, conseqüentemente, o reexame das provas documentais e das cláusulas do contrato firmado entre as partes, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.

(...)

2.1 A análise dos fundamentos que ensejaram o reconhecimento da liquidez, certeza e exigibilidade do título que embasa a execução, exige o reexame probatório dos autos, inviável por esta via especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

(...)

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 918.175/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 17/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO. CERTEZA E LIQUIDEZ. REEXAME DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANALISAR A

DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7, AMBAS DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

2. O acórdão estadual afirmou a liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo a partir da análise dos termos do contrato firmado entre as partes e das provas constantes dos autos. A revisão desse entendimento, na via especial, é obstada pelas Súmulas nºs 5 e 7, ambas do STJ.

(...)

(AgInt no AREsp 926.207/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 18/05/2018)

3. Registre-se, por fim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.

2. O reexame de fatos e provas não é possível na via especial, devido ao óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido.

4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1423333/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS ENTRE EX-CÔNJUGES. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. "A incidência da Súmula 7/STJ sobre o tema objeto da suposta divergência impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea c do art. 105, III, da Constituição Federal" (AgRg no AREsp n. 97.927/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1363571/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/04/2019, DJe 23/04/2019)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil

Superior Tribunal de Justiça

c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao agravo em recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator